



APDSI apresenta estudo sobre acessibilidade Web

Lisboa, 28 de fevereiro de 2012 – O Grupo Permanente de Negócio Eletrónico (GNE) da APDSI apresentou um estudo sobre Acessibilidade Web, no qual foi feito um ponto de situação das maiores empresas portuguesas estabelecendo uma comparação entre 2009 e 2011.

Para testar a acessibilidade Web das mil maiores empresas em Portugal e comparar os resultados com 2009 foi feita uma avaliação segundo as normas WCAG 2.0.

Aquilo que habitualmente designamos por acessibilidade web é o que permitirá a todas as pessoas que possuam um qualquer tipo de deficiência perceber, compreender, navegar e interagir com a Web. Uma necessidade que se torna ainda mais premente se tivermos em conta que há um milhão de cidadãos portugueses que possui deficiências e 50 milhões de cidadãos europeus nessa circunstância. Verifica-se, ainda, um notório envelhecimento progressivo da população. O Professor Ramiro Gonçalves, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e um dos responsáveis por este estudo do GNE, explica o porquê da importância de um sítio na web estar em conformidade: “Para além de ser uma questão de ética permitir a igualdade de oportunidades a todas as camadas da população, há também potencial económico nessa franja da sociedade que está a ser desperdiçado”.

O estudo incidiu nas 1000 maiores empresas portuguesas, em volume de negócio, a operar em Portugal, exceptuando a banca. “Os estudos que desenvolvemos têm em conta um conjunto de normas que foram saindo”, esclarece o professor. Para esta avaliação foi usada a ferramenta SortSite (recomendada pelo W3C e que permite analisar múltiplas páginas).

Assim, a Peugeot Portugal, a Distrifarma e a Tecneira – Tecnologias Energéticas têm os sites que melhor classificação conseguiram nesta avaliação. No lado oposto estão a Aleluia Cerâmicas, o sítio da CP – Caminhos de Ferro Portugueses e o da RAR – Refinarias de Açúcar reunidas. “É muito interessante que o sector automóvel tenha esta preocupação porque existem outras empresas mais poderosas que a Peugeot que têm sítios na web nada acessíveis”, acrescenta Ramiro Gonçalves.

Na origem destes resultados, o GNE, nas palavras do professor, considera que, de um modo geral, há pouca sensibilidade para a temática: “Não é uma questão que apareça nas capas dos jornais, as empresas não percebem o potencial daquelas pessoas e não percebem que daqui a uns anos vão precisar de usar essas tecnologias e não vão poder. Para além de tudo isto, as pessoas com necessidades especiais não se queixam; têm

problemas muito mais graves que estes”. A estes números também não são alheias as queixas apresentadas em diversos estudos sobre a razão de ser de algumas das normas e do esforço envolvido na sua aplicação.

Outras razões apontadas passam pela falta de legislação para o sector privado, ao contrário do que acontece com o sector público, a falta de informação e de incentivos e o desconhecimento do número de pessoas implicadas, dos problemas sentidos por estas e qual o seu valor económico.

Para Ramiro Gonçalves a melhoria de dados comparativamente a 2009 continua a revelar-se insuficiente: “O desvio padrão é muito grande o que significa que há empresas a portarem-se muito mal e algumas a portarem-se melhor. Em Portugal, em 2011, só havia 155 empresas que cumpriam o “nível A” e só uma com o “triplo A”. Comparando 2011 com 2009 verificamos que há melhorias mas não são muito significativas. Os sítios web que têm um nível mínimo de acessibilidade são 155 em comparação com os 73 de 2009, continua a ser um número baixo”.

As recomendações do GNE para tentar contrariar este baixo número de sítios web com boa acessibilidade vão no sentido de divulgar as normas e as melhores práticas de acessibilidade, melhorar o nível de conhecimento no sector, adotar medidas concretas de maior impacto e com menor custo melhorando a eficiência, normalizar e nivelar superiormente a oferta do sector, divulgar as ferramentas de avaliação de sítios Web, aumentar o acesso a ferramentas automáticas de teste, de forma a que as empresas possam conhecer o seu nível de conformidade, apresentar estudos sobre o impacto social e económico, regular o setor, “educar” fornecedores de TI na implementação das normas e funcionalidades de acessibilidade, incluir a temática da acessibilidade e usabilidade nos programas académicos dos cursos universitários, adaptar ou criar novos mecanismos legislativos que englobem não só os sítios Web públicos, mas permitam alguma regulação nos privados, criar organismos fiscalizadores que garantam os níveis de acessibilidade e elaborar avaliações anuais dos níveis de acessibilidade aos sítios Web mais utilizados.

Este estudo, disponível no sítio web da APDSI, foi promovido pela Associação e realizado pelo GNE.

Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio, Negócio Electrónico, Segurança, Media e Web 2.0. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interacções entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.

Para mais informações contacte:

APDSI

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Rua Alexandre Cabral, n.º 2C – Loja A

1600-803 Lisboa

Tel.: 217 510 762

Fax: 217 570 516

E-mail: secretariado@apdsi.pt

URL: <http://www.apdsi.pt>

Facebook: <http://www.facebook.com/apdsi.portugal>